

DÍVIDA EXTERNA

País define valor de garantia a bancos

Governo vai apresentar esta semana o montante inicial que dará para refinanciar dívida

Protásio Nêne/AE—19/4/92



Ministro Marcílio

O que vamos oferecer não inclui só recursos próprios

PAULO SOTERO

RIO — Sem abrir mão do critério que ofereceu aos bancos para o cálculo das garantias iniciais previstas na proposta do acordo de reestruturação da dívida externa, o governo brasileiro deverá explicitar um montante aproximado que dará, ainda esta semana. O gesto responde à principal demanda dos credores e pode facilitar o fechamento do acordo antes do final do mês.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, confirmou ontem ao *Estado* a disposição do governo de colocar no papel números e cifras nas garantias que entregará aos bancos na data de entrada em vigor do acordo. Isso ocorrerá, na melhor das hipóteses, no primeiro trimestre de 1993.

“A faixa que vamos oferecer

não expressa o total que o Brasil pretende financiar com seus próprios recursos”, disse Marcílio. “Ela inclui também o montante que esperamos poder contar de todas as fontes.”

O governo apresentou aos bancos, mês passado, um esquema cooperativo para o financiamento das garantias. O Brasil ofereceu US\$ 1 bilhão de suas reservas pelo primeiro bilhão de dólares que obtiver, para esse fim, dos organismos financeiros oficiais e dos próprios bancos. A partir daí, o País casaria dois terços dos recursos que conseguir dos credores oficiais e privados. Os bancos não rejeitaram a proposta. Mas insistiram num valor preciso, na faixa dos US\$ 3 bilhões. O valor não inclui as garantias que o governo deverá apresentar gradualmente aos bancos nos primeiros seis anos do acordo.

O governo brasileiro, além dos fundos que espera receber do Bird e do BID, conta com os desembolsos dos recursos previstos sob o acordo com o FMI. Isso significa que, a despeito das dificuldades que enfrenta para cumprir as metas fixadas no acordo, o governo continua a apostar no seu cumprimento.

A contraproposta brasileira deve desatar o principal nó da negociação, mas não garante seu sucesso. Os credores estão profundamente divididos e o comando do comitê de bancos reconhece que enfrenta dificuldades para articular uma posição comum. “A distância entre as nossas posições e as do comando do comitê é hoje menor do que a que existe entre estas e as de alguns bancos”, disse um alto funcionário brasileiro.